

Avaliação da implementação do Parque Nacional do Catimbau-PE: análise do desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local

*Gislane Rocha de Siqueira Gava¹
Nilson Cortez Crocia de Barros*

Resumo: O presente estudo propõe avaliar como se deu o processo de implementação do Parque Nacional do Catimbau, a forma como o gestor oficial conduz a administração do parque e a participação da comunidade local no processo de criação, planejamento e gestão do mesmo. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter exploratório, sendo identificada como um estudo de caso com abordagens teóricas e empíricas. Os resultados apontam para uma predominância na verticalidade de ações gerando conflitos sociais e desarticulação institucional. Tanto a comunidade local quanto a de entorno estão praticamente alijadas do processo de implementação e de gestão do PARNA Catimbau. É notória a insatisfação da população local com relação aos procedimentos adotados quando da criação e atual gestão do parque e boa parte dos conflitos gerados resultam da exclusão da população em todo processo de criação do parque.

Palavras-chave: Impactos sociais; Implementação e Gestão de Parques Nacionais.

1 Introdução

Durante muito tempo a idéia de proteger áreas naturais era totalmente incompatível com a presença humana. Atualmente, esses conceitos estão sendo modificados e existe uma aceitação da idéia de que é possível a existência de convivências harmoniosas entre o homem e a natureza.

O ecoturismo surge com a proposta de compatibilizar esta convivência por ser um segmento do turismo de natureza, diferenciando-se deste quando engloba em sua conceituação o desenvolvimento sustentável, a promoção da conservação da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a satisfação física e moral das comunidades envolvidas.

Os Parques Nacionais representam locais com características ideais para tal tipo de

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso – CEFET. E-mail: gislanerocha@yahoo.com.br

atividade. A própria Lei² do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC coloca como uma das atividades a serem desenvolvidas dentro dos Parques Nacionais – PARNAs: pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental, recreação na natureza e turismo ecológico.³

Em 13 de dezembro de 2002 é assinado o Decreto s/nº de criação do Parque Nacional do Catimbau⁴ - PARNA Catimbau - abrangendo parte dos municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque situados na região central do Estado de Pernambuco, representando o Bioma Caatinga⁵.

A área da pesquisa em questão - o Parque Nacional do Catimbau - está situada no Nordeste do Brasil, mais especificamente na região central do Estado de Pernambuco, Apresenta uma superfície de 607km², o equivalente a 60.787ha, dos quais 12.438ha pertencem a Buíque, 23.540ha a Tupanatinga e 24.809 ha a Ibimirim.

O presente estudo propõe avaliar como se deu o processo de implementação do Parque Nacional do Catimbau, a forma como o gestor oficial – IBAMA – conduz a administração do parque e a participação da comunidade local no processo de criação, planejamento e gestão, com vistas à identificação de alterações na estrutura sócio-espacial na Vila do Catimbau - município de Buíque, na perspectiva do ecoturismo e dos efeitos sobre a sociedade local.

2 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter exploratório, sendo identificada como um estudo de caso. Percebe-se os limites da amostra diretamente relacionados com o tempo e com os recursos disponíveis, resultando assim, nas limitações do trabalho desenvolvido.

A população da pesquisa constituiu-se de 48 colaboradores, representando os

² Lei 9985 de 18 de julho de 2000 que trata da criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação no Brasil.

³ Turismo ligado à natureza o qual segundo Selva e Coutinho (2000) o turista e os promotores do turismo visam o contato direto com ambientes naturais sem, no entanto, haver a preocupação em serem equilibrados do ponto de vista ecológico nem a busca do real conhecimento dos fluxos e dinâmicas que se estabelecem nesses ambientes.

⁴ Com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico.

⁵ O espaço territorial chamado bioma Caatinga é integrado pelas regiões naturais conhecidas como Sertão, Seridó, Curimataú, Caatinga e Carrasco diferenciando-se uma das outras por apresentarem volume e variabilidade das precipitações pluviométricas, maior ou menor fertilidade dos solos e variação nos tipos de rocha e relevo do terreno (CNRB, 2004).

indivíduos sociais e institucionais que têm uma relação mais significativa com o problema a ser investigado. O tipo de amostragem utilizada foi não probabilística, selecionada por tipicidade, tendo sido constituída por elementos considerados representativos da população-alvo.

Os questionários de pesquisa qualitativa e as entrevistas qualificadas foram aplicados em grupos distintos:

- a) Indivíduos que possuem terras dentro da área do PARNA Catimbau, sendo classificados de acordo com o tamanho de suas propriedades. Os produtores Tipo I possuindo entre 1(um) e 29(vinte e nove) hectares de terra, os produtores Tipo II possuindo entre 30(trinta) e 79(setenta e nove) hectares de terra e os produtores Tipo III possuindo entre 80(oitenta) e 130(cento e trinta) hectares de terra, totalizando 20(vinte) questionários;
- b) Indivíduos que moram em diversas áreas do município de Buíque e não possuem terras no Distrito do Catimbau e nem na área do parque, totalizando também 20(vinte) questionários;
- c) Instituições públicas municipais ligadas ao setor de turismo e de meio ambiente totalizando 03(três) entrevistas.
- d) Relacionado aos Gestores (do parque e dos municípios), ouviu-se o gerente da unidade PARNA Catimbau e o Chefe de Unidades de Conservação em Pernambuco, além dos prefeitos municipais ou seus representantes, totalizando 05(cinco) entrevistas.

3 Os impactos causados com a criação do parque na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local

A Consulta Pública representa um avanço na legislação brasileira e reflete, até certo ponto, a participação popular no processo de planejamento e criação de um parque nacional. Reza o parágrafo segundo do artigo 22 da Lei no 9985/2000 que a consulta pública visa identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, em conformidade com os estudos técnicos efetuados.

O processo de Consulta Pública para criação do PARNA Catimbau ficou muito aquém do esperado e desejado pela população diretamente envolvida. As questões apresentadas pelos representantes do IBAMA não satisfizeram a comunidade em seus

interesses.

3.1 A População do Distrito de Catimbau

a) Os Produtores Tipo I

Observa-se que a grande maioria dos produtores tipo I que possuem terras dentro da área do PARNA Catimbau também residem no local⁶ e trabalham com pequenas culturas de subsistência aproveitando tudo que a terra pode oferecer. Sentem-se parte do lugar desfrutando da tranquilidade e do convívio familiar, mesmo diante das dificuldades da vida como o desemprego, a falta de água e de energia.

Boa parte deste grupo nunca teve contato direto com turistas por não ter tido oportunidade, considerando boa a possibilidade de vê mais turistas no seu distrito por possibilitar “troca” de conhecimento, maior movimento/agitação ao lugar, mais renda para algumas pessoas da região que tiverem contato direto com os visitantes e, por acreditarem não causar danos ao meio ambiente, podendo melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

Todos deste grupo disseram saber que o parque abarca parte dos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga não sabendo ao certo os limites da área. Tal falta de informação tem gerado grande confusão e revolta. Informaram ainda não saber o objetivo da criação do parque e o motivo pelo qual desencadeou sua criação.

Quanto à consulta pública, metade dos entrevistados afirmou não ter participado de nem uma reunião por falta de convite e/ou por não terem tomado conhecimento. Os demais afirmaram ter participado de apenas uma reunião – a primeira; e mesmo assim a totalidade dos entrevistados deste grupo declarou-se “muito mal informado” quanto às questões do PARNA Catimbau indicando ainda, que gostariam de participar das decisões tomadas a respeito do parque.

Quando abordado sobre o grau de satisfação em ter que sair do lugar em que moram por causa da criação do parque, as respostas variaram entre “insatisfeito” e “muito insatisfeito”. Em contra partida, metade dos entrevistados afirmou não achar correto ter pessoas morando dentro da área do parque.

Quando indagados com relação a incômodos para a região advindos do funcionamento do parque as respostas foram unânimes: “sim”, sendo as restrições atuais quanto ao uso da

⁶ Herdaram a terra dos antecedentes familiares – bisavós, nascendo (pelas mãos de parteiras da região) no local que vivem até os dias atuais.

terra e o fato de ter que sair dela o incômodo e o fator negativo de todos dos entrevistados. Quando indagados sobre um fator positivo associado à implementação do PARNA Catimbau a maioria apontou a atividade turística acrescentando que tal atividade já existia antes mesmo do parque ser criado, afirmando inclusive, que gostariam de trabalhar em alguma atividade que gerasse renda através do turismo.

Com relação à gestão do parque, a grande maioria deste grupo informou saber quem é o gestor da área tendo visto de longe na Vila do Catimbau ou passando de carro na estrada que dá acesso ao Parque. Os demais entrevistados (alguns poucos) informaram ter falado com o gestor eventualmente; tendo a totalidade deste grupo avaliado entre “ruim” e “péssima” a relação dele com a comunidade local e considerado-se “muito insatisfeito” com a forma pela qual está sendo conduzida a gestão do parque.

b) Os Produtores Tipo II

A grande maioria dos entrevistados deste grupo moram e trabalham dentro da área do PARNA Catimbau, a pequena parte restante dos entrevistados trabalham na terra que possuem dentro da área do PARNA e moram na Vila do Catimbau.

O fato de não ter tido oportunidade de contato com os turistas também foi colocado por este grupo que considera ótima a possibilidade de vê mais turistas na região por possibilitar “troca” de conhecimento, maior movimento de pessoas no lugar, mais renda para as pessoas da região que tiverem contato direto com os visitantes e, por acreditarem que os turistas não causam danos ambientais ao parque. Alguns colocaram, inclusive, que o maior movimento de turistas ajudaria na melhoria das estradas de acesso ao PARNA, limpeza e comércio no Distrito de Catimbau beneficiando tanto o turista quanto a população que mora no lugar.

Os entrevistados não apresentaram restrições quanto ao aumento do fluxo de turistas na região, pelo contrário, afirmaram acreditar que o aumento do turismo pode melhorar a qualidade de vida da população desde que o turista consuma mais no lugar que visita gerando renda para população local.

Com relação aos limites do município, todos os entrevistados disseram saber que o PARNA Catimbau abarca parte dos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga informando ainda não saberem identificar as fronteiras justificando que nunca tiveram acesso a esta informação e nem ao mapa da área.

Também houve unanimidade na colocação dos entrevistados em não saberem o

objetivo da criação do parque e o motivo pelo qual desencadeou sua criação.

Mais da metade dos entrevistados deste grupo afirmou não ter participado da consulta pública ou reunião por falta de convite e/ou por não terem tomado conhecimento. Os demais afirmaram ter participado de uma ou duas reuniões declarando-se descontentes com a maneira como foi realizada e até surpresos com a aprovação da criação do PARNA Catimbau uma vez que a população que mora dentro da área do parque não sabe o seu significado e nem aprovou ou participou de sua implementação.

Quanto ao nível de informação com relação ao PARNA Catimbau, a totalidade dos entrevistados declarou-se “muito mal informado” colocando que gostariam de participar das decisões tomadas a respeito do parque.

Quando abordado a respeito do grau de satisfação em ter que sair do lugar em que moram por causa da criação do parque, a metade considera-se “muito insatisfeito”, um outro tanto “insatisfeito” e uma pequena parte considera-se “satisfeito” desde que indenizado justamente, ou seja, pelo valor de mercado da terra e considerando as benfeitorias realizadas. Mais da metade dos entrevistados afirmaram que concordam em ter pessoas morando dentro da área do PARNA Catimbau. Uma pequena parte considera incorreto ter pessoas morando dentro da área do parque e uma menor ainda considera-se indeciso.

Quando indagados a respeito de incômodos para a região advindos do funcionamento do parque todos os entrevistados afirmaram que eles existem “sim”: desapropriação das terras, restrições severas quanto ao uso da terra para agricultura no momento atual comprometendo a sobrevivência da população que vive da agricultura, incertezas quanto ao futuro (valor da terra, local de moradia), doenças advindas de preocupação e falta de esclarecimentos.

Como fator positivo advindo da criação do parque a metade equilibrada afirmou ser o desenvolvimento da atividade turística, acrescentando que tal atividade já existia antes mesmo do parque ser criado. Uma parcela razoável afirmou não identificar nada como fator positivo após a criação do parque e, uma pequena parcela colocou a conservação da natureza.

Com relação à gestão do PARNA Catimbau mais da metade deste grupo informou saber quem é o gestor da área tendo-o ouvido falar sobre questões da área. Os demais não conhecem nem de ver passar. Quando indagado como avalia a relação do gestor do parque com a comunidade local uma pequena parcela afirmou ser regular, tendo a grande maioria informado ser de “ruim a péssima”. O grau de satisfação com a forma pela qual está sendo

conduzido o PARNA Catimbau é “muito insatisfeito” pela totalidade dos entrevistados deste grupo.

c) Os Produtores Tipo III

A maioria dos entrevistados deste grupo nunca teve contato direto com turistas por não ter tido oportunidade, vendo-os apenas de passagem, contudo, a totalidade deste grupo considera entre “ótima e boa” a possibilidade de ter mais turistas no distrito por acreditar melhorar a qualidade de vida dos residentes, gerar mais movimento (interação social) e não causar danos ambientais.

Como nos grupos anteriores, todos deste grupo também sabem que o PARNA Catimbau integra parte dos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga não sabendo informar ao certo os limites da área e as terras envolvidas, fato que tem gerado confusão e insatisfação com o nível de informações repassadas via IBAMA.

Quanto à consulta pública, todos os entrevistados afirmaram ter participado da primeira reunião e, alguns poucos informaram que participaram de mais de uma reunião. Mesmo assim, na questão nível de informação a resposta da totalidade dos entrevistados deste grupo variou entre “muito mal informado” e “mal informado” colocando ainda que gostariam de participar das decisões tomadas a respeito do parque.

Quando abordados sobre o grau de satisfação em ter que sair do lugar em que moram por causa da criação do PARNA Catimbau as respostas variaram. Metade dos entrevistados colocaram estar “muito insatisfeito”. Já a outra metade afirmou que ficarão “satisfeitos” desde que sejam indenizados de acordo com o valor de mercado da terra. Mais da metade deste grupo afirmou não achar correto ter pessoas morando dentro da área do parque, entretanto, a parte restante acredita ser correto ter pessoas morando dentro do PARNA Catimbau e, se é para preservar o meio ambiente é só alterar o sistema de agricultura atual visando torná-la compatível com a preservação e sustentabilidade. Fica claro nesta polêmica questão a noção de agricultura sustentável dos entrevistados.

Todos os entrevistados afirmaram que a implementação do PARNA Catimbau tem gerado muito incômodo levantando questões como: restrições que os moradores locais consideram severas quanto ao uso da terra atualmente associada a falta de opções de renda, o fato de ter que sair da terra em que nasceram e viveram gerações de suas famílias, demora na resolução de problemas criados com a implementação do parque, incertezas quanto à futura moradia, falta de apoio, ajuda e esclarecimentos por parte dos órgãos responsáveis pelo

parque.

Como fator positivo pouco mais da metade dos entrevistados apontaram o desenvolvimento da atividade turística gerando mais renda para o distrito. Os demais afirmaram não conseguir visualizar fatores positivos. Como fatores negativos foram citados: lentidão dos poucos resultados divulgados, deficiência de informações, incertezas quanto ao futuro e restrições no uso da terra causando desespero de alguns diante da perspectiva de não ter o que comer.

Quase a totalidade deste grupo afirmou saber quem é o gestor do PARNA Catimbau, alguns poucos informaram não conhecê-lo. Um pequeno número dos entrevistados colocou que a relação entre o gestor do parque e a comunidade é “regular”. A grande maioria avalia como “péssima” a relação com a comunidade local. Quanto à forma pela qual está sendo conduzido o parque as respostas variaram entre “insatisfeito” e “muito insatisfeito”.

3.2 A População da Sede do Município de Buíque

A maioria dos entrevistados deste grupo nunca teve contato direto com turistas por não ter tido oportunidade, vendo-os apenas de passagem para o Distrito do Catimbau. Metade dos entrevistados considera “ótima” a possibilidade de ter mais turistas no município; a outra metade considera “boa” tal possibilidade, ambas por acreditarem que o desenvolvimento da atividade poderá melhorar a qualidade de vida dos residentes, gerando mais renda e mais interação sócio-cultural.

Na questão referente a conhecimento do parque mais da metade dos entrevistados afirmaram “não conhecer” o PARNA Catimbau, o restante dos entrevistados informaram conhecer apenas a pequena parte divulgada e conhecida como “Paraíso Selvagem”⁷.

Um detalhe interessante neste grupo é que todos os entrevistados informaram não saber que o PARNA Catimbau abrange parte dos municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga; acreditavam que o parque encontrava-se situado todo em terras do município de Buíque.

Quando inquiridos sobre qual o objetivo do parque apenas um entrevistado colocou “preservar a natureza”, outro entrevistado colocou “atrair turistas” e, o restante dos entrevistados somando quase a totalidade informou “não saber”, “não ter sido informado”,

⁷ Que não representa a área do PARNA Catimbau mais é confundida pela população como sendo o parque.

“estar ouvindo falar do parque pela primeira vez através da presente entrevista”; não sabendo expor os motivos que desencadearam a criação do parque na região. Apenas dois dos entrevistados deste grupo cogitaram a possibilidade de ser por causa da “beleza do lugar”, “das características naturais”.

Quase a totalidade dos entrevistados informou ainda “não” ter participado de nenhuma consulta pública ou reunião para tratar de qualquer assunto a respeito do parque. Uma pequena porção restante indicou ter participado de apenas uma reunião em que não ficou claro o objetivo da criação do parque e como ocorreria o processo de implementação e gestão do mesmo.

Na questão que trata do nível de informação a totalidade dos entrevistados deste grupo considera-se “muito mal informado” afirmando que gostariam de participar das decisões tomadas a respeito do parque.

Quanto ao fato de ter pessoas morando dentro da área do parque a metade dos entrevistados informaram não concordar com a presença de moradores desde que os mesmos sejam bem indenizados, concordando apenas com a presença de turistas que respeitem a natureza. A outra metade acredita ser possível ter pessoas morando dentro da área de forma controlada e com ajuda técnica e financeira.

Outra questão que difere bastante com relação a opinião dos entrevistados nos grupos anteriores é quanto aos incômodos advindos da criação do parque. A grande maioria dos entrevistados acreditam que a criação do parque “não gera incômodo algum para população que mora na região”. Apenas uma pequena minoria citou o fato dos proprietários de terras na área do parque estarem incomodados com o fato de terem que sair da área e sofrerem restrições quanto ao uso da terra atualmente.

A totalidade deste grupo informou “não saber” quem é o gestor do PARNA Catimbau não sabendo também avaliar a relação do gestor com a comunidade local. Quanto à forma pela qual está sendo conduzido o parque atualmente as respostas variaram entre “insatisfeito” e “muito insatisfeito”. A justificativa é que a falta de informações por parte do IBAMA resulta em desconhecimento do que está acontecendo no município, causando constrangimentos por parte dos moradores uma vez que não sabem nada sobre o lugar em que moram, e não podem expressar sua opinião a respeito dos assuntos relacionados com o parque e com o município. É notória a insatisfação da população com relação a falta de participação na gestão municipal e planejamento participativo é algo que eles nunca ouviram falar.

3.3 O IBAMA

Quando indagado a respeito dos fatores positivos após a criação do parque foi destacado a inclusão social da comunidade da Vila do Catimbau nas atividades do parque - condutores locais para guiamento de turistas e o treinamento com possibilidade de contratação futura de 7(sete) pessoas para trabalhar na Brigada contra incêndio; além da possibilidade de preservação dos sítios arqueológicos existentes na área, da fauna e da flora.

Como fatores negativos advindos da criação do parque foram citados a falta do plano de manejo e a precária infra-estrutura básica e de apoio ao turista; devendo ser oferecido aos visitantes do parque um programa de uso público, um espaço de convivência, um centro de visitantes e um alojamento.

No que trata da relação do Gestor do Parque (IBAMA) com a comunidade local, os entrevistados qualificados afirmaram que a relação oscila entre “boa e ótima” (não havendo reclamações na Unidade do IBAMA em Recife); informando ainda que “a comunidade é sempre solícita e participativa, ocorrendo, após a criação do parque uma valorização da terra, um aumento da renda e uma maior interação cultural proporcionada pelo turismo”.

Os representantes institucionais não visualizam possíveis incômodos para região após a criação do parque.

A participação da população local no processo de implementação do parque se deu, segundo entrevistados, através das Audiências Públicas⁸ realizadas (01)uma em cada município - Buíque, Ibimirim e Tupanatinga no ano de 2001, objetivando institucionalizar a proposta de criação do PARNA Catimbau. Não foram fornecidas as cópias das atas das audiências. Segundo os entrevistados os questionamentos da população giraram em torno do fato de ter que sair da área do parque, do valor das indenizações e do momento em que as informações que estavam sendo repassadas iriam acontecer. Quanto à participação no processo de planejamento foi informado que deverá acontecer quando for criado o Conselho Gestor ou Consultivo da unidade de conservação atrelado ao Plano de Manejo.

Quanto aos impactos positivos e negativos (sociais, econômicos, culturais e ambientais) identificados *após* a criação do parque, foram citados como positivos: o beneficiamento da flora e da fauna; o maior poder econômico da população da Vila do Catimbau diante do aumento do fluxo turístico; e o envolvimento da comunidade nas ações do

⁸ Cumprindo exigência da Lei do SNUC.

parque gerando mudanças socioculturais voltadas para cidadania⁹. Entretanto, de acordo com as entrevistas com a população local, a mesma não reconhece tais benefícios.

Quanto aos impactos negativos foram citados a falta de controle no acesso ao parque, a degradação ambiental causada pelo aumento de turistas em região frágil e a falta de estudos da capacidade de carga das trilhas¹⁰.

3.4 Os municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga

a) Buíque

O município ficou sabendo da proposta de criação do Parque Nacional na região do Catimbau no primeiro semestre de 2001 através da então Diretora de Turismo do município que estava realizando trabalho monográfico¹¹ sobre a região despertando então o interesse de representantes do IBAMA envolvidos no processo de criação do parque.

Como fatores positivos advindos da criação do parque foi citada a possibilidade de preservação ambiental e histórica-cultural do lugar e, a valoração por parte da comunidade local da importância do turismo, do parque nacional e do lugar em que vivem.

Como fatores negativos foi colocado a questão fundiária – morador da área do parque ter que sair da terra e o baixo valor da indenização. Tal questão foi colocada pelo gestor municipal como abaixo da questão ambiental. “Os fatores negativos existem, mas a valoração ambiental está acima de tudo e é preciso melhorar os pontos positivos, se estruturar. É apenas uma geração que vai sofrer, o parque vai beneficiar várias outras no futuro”, diz ele.

A avaliação dos entrevistados no que tange a relação existente entre a comunidade local e o PARNA Catimbau é considerada “regular” pelo entrevistado, sendo justificada diante da indefinição quanto à desapropriação de terras e quanto ao desconhecimento da população local com relação ao valor que o parque representa.

A participação do município no processo de implementação do parque se deu através de uma audiência pública realizada na Vila do Catimbau. Quanto a participação do município na gestão do parque os entrevistados afirmaram participar através de convênio firmado com o

⁹ O exemplo citado foi a passeata organizada pela AGTUR junto aos estudantes do grupo escolar local objetivando limpeza da Vila.

¹⁰ É notória a dicotomia “Divulgação X Consumo”. Tal conflito é gerado diante da falta de planejamento contemplando diagnósticos e projetos voltados para o meio ambiente e para o marketing turístico de curto, médio e longo prazos.

¹¹ ARAÚJO, P. G.; MAIA, F. B. A.; SIQUEIRA, G. R. Estruturação dos Atrativos Turísticos de Buíque – PE: uma proposta de desenvolvimento sustentável do turismo para o Vale do Catimbau. Recife: UFPE, 2001.

IBAMA fornecendo, basicamente, informações e transporte e, obtendo capacitações voltadas para educação ambiental, não tendo sido detalhadas quantas já ocorreram, para que público e qual o objetivo.

b) Ibimirim

O município de Ibimirim não está integrado com as ações do PARNA Catimbau mesmo antes da sua criação até o presente momento.

O gestor municipal afirmou que ficou sabendo da intenção de criação de um parque nacional abarcando parte das terras de seu município através da imprensa escrita e, que só posteriormente houve contato do IBAMA objetivando realizar uma reunião para tratar da criação do parque.

c) Tupanatinga

No município de Tupanatinga a relação institucional entre o IBAMA e o PARNA Catimbau é mais superficial que a do município de Ibimirim, ocorrendo apenas uma reunião no município em 2001.

Infelizmente, é notória a falta de comunicação e habilidade entre os poderes públicos sendo necessário urgentemente contornar tamanha falta de parceria e entendimento gerada pela verticalidade hierárquica de poder. Como falar em benefícios, preservação, participação e melhorias se os grupos diretamente envolvidos no processo estão alheios a tais propostas?

4 Considerações Finais

Frente à avaliação da implementação do PARNA Catimbau pode-se concluir que se trata de um processo em que predominou a verticalidade de ações gerando conflitos sociais e desarticulação institucional. Tanto a comunidade local quanto a de entorno estão praticamente alijadas do processo de implementação e de gestão do PARNA Catimbau, tendo ainda o agravante da falta de repasse de informações a respeito do parque por parte da atual gestão e de sua ausência nos municípios envolvidos.

Outro item bastante questionável é a falta de articulação entre os demais órgãos institucionais que deveriam estar participando do processo de implementação desde o início, e o IBAMA. Percebe-se ainda a insatisfação da população local com relação aos procedimentos adotados quando da criação e atual gestão do parque. Boa parte dos conflitos gerados resultam da exclusão da população em todo processo de criação da UC.

Ainda nos locais onde a sustentação não é um tema, um desenvolvimento que faz parte

de uma comunidade geralmente tem mais chance de sucesso do que o desenvolvimento em que tal processo é feito separadamente da comunidade. O sucesso dependerá, por sua vez, de até que ponto o desenvolvimento que se propõe é capaz de promover respostas dos residentes locais e produzir benefícios em que a população local possa usufruir deles.

5 Referências

ARAÚJO, Paulo. G.; MAIA, Fabiana. B. A.; SIQUEIRA, Gislane. R. *Estruturação dos atrativos turísticos de Buíque – PE: uma proposta de desenvolvimento sustentável do turismo para o Vale do Catimbau*. Monografia (Graduação em Turismo). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

BRASIL. SNUC *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta a art. 225, 81º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000.

CNRB. *Cenários para o Bioma Caatinga*. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga. BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife: SECTMA, 2004.

SELVA, Vanice; COUTINHO, Solange. *Ecoturismo X Turismo Ecológico no Brasil: uma distinção necessária?* (Artigo mimeografado). Recife: UFPE, 2000.